

Camila Ribeiro Hernandes

CEGUEIRA DELIBERADA E LAVAGEM DE CAPITAIS

problematizações doutrinárias e
aplicação jurisprudencial no Brasil

Copyright © 2020 by Editora Letramento
 Copyright © 2020 by Camila Ribeiro Hernandes

Diretor Editorial | Gustavo Abreu
 Diretor Administrativo | Júnior Caudereto
 Diretor Financeiro | Cláudio Macedo
 Logística | Vinicius Santiago
 Comunicação e marketing | Giulia Staar
 Editora | Laura Brand
 Assistente Editorial | Carolina Fonseca

Designer Editorial | Gustavo Zeferino e Luís Otávio Ferreira

Conselho Editorial | Alessandra Mara de Freitas Silva; Alexandre Moraes da Rosa; Bruno Miragem; Carlos Maria Cárcova; Cássio Augusto de Barros Brant; Cristian Kiefer da Silva; Cristiane Dupret; Edson Nakata Jr; Georges Abboud; Henderson Fürst; Henrique Garbellini Carnio; Henrique Júdice Magalhães; Leonardo Isaac Yarochewsky; Lucas Moraes Martins; Luiz Fernando do Vale de Almeida Cullherme; Muno Miguel Branco de Sá Viana Rebelo; Renata de Lima Rodrigues; Rubens Casara; Salah H. Khaled Jr; Willis Santiago Guerra Filho.

Capa | Sergio Ricardo

Revisão | Daniel Rodrigues Auréio

Diagramação | Renata Oliveira

Todos os direitos reservados.
 Não é permitida a reprodução desta obra sem
 aprovação do Grupo Editorial Letramento.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

H557c	Hernandes, Camila Ribeiro
<p>Cegueira deliberada e lavagem de capitais: problematizações doutrinárias e aplicação jurisprudencial no Brasil / Camila Ribeiro Hernandes. - Belo Horizonte, MG : Casa do Direito, 2020. 212 p. ; 15,5cm x 22,5cm.</p> <p>Inclui bibliografia. ISBN: 978-65-86025-82-8</p> <p>1. Direito. 2. Lavagem de dinheiro. I. Título.</p>	
2020-2830	<p>CCD 340 CDU 34</p>

Elaborado por Wagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito 340
2. Direito 34

Belo Horizonte - MG
 Rua Magnólia, 1086
 Bairro Caiçara
 CEP 30770-020
 Fone 31 3327-5777
 contato@editorialetramento.com.br
 editorialetramento.com.br
 casadodireito.com



Casa do Direito é o selo jurídico do
 Grupo Editorial Letramento

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
PREFÁCIO	9
INTRODUÇÃO	15
2 A SOCIEDADE DE RISCO E O DELITO DE LAVAGEM DE CAPITAIS	19
2.1. OS CONTORNOS DA "SOCIEDADE DE RISCO"	21
2.2. DIREITO PENAL NO CONTEXTO DA SOCIEDADE DE RISCO	25
2.2.1. A ESCOLA DE FRANKFURT E O DIREITO DE INTERVENÇÃO DE HASSEMER	34
2.2.2. O DIREITO PENAL DE DUAS VELOCIDADES DE SILVA SÁNCHEZ	37
2.2.3. AS POSTURAS MODERNIZADORAS DE SCHUNEMANN E CORCOY BIDASOLO	41
2.2.4. TOMADA DE POSIÇÃO	46
2.3. O DELITO DE LAVAGEM DE CAPITAIS COMO RESULTADO DO "DIREITO PENAL DO RISCO"	50
2.3.1. POLÍTICAS DE COMBATE À LAVAGEM DE CAPITAIS: A QUESTÃO DA COOPERAÇÃO PRIVADA	54
2.3.2. O PROBLEMA DO BEM JURÍDICO TUTELADO	57
2.3.3. EXTINÇÃO DO ROL TAXATIVO DE DELITOS ANTECEDENTES E TIPOS PENAIS	62
3 ELEMENTO SUBJETIVO NO DELITO DE LAVAGEM	67
3.1. LAVAGEM DE CAPITAIS NA LEI N. 9.613/1998 COMO CRIME EXCLUSIVAMENTE DOLOSO	68
3.1.1. A CLÁSSICA ESTRUTURA E DEFINIÇÃO DO DOLO	72
3.1.2. AS TEORIAS VOLITIVAS E COGNITIVAS DO DOLO	78
3.1.3. PROVA DO DOLO	87
3.1.4. MOMENTO DO DOLO	95
3.2. A PROBLEMÁTICA ENVOLVENDO O DOLO EVENTUAL	97

3.2.1. BREVE PERCURSO SOBRE AS TEORIAS ACERCA DO DOLO EVENTUAL. DIFICULDADES EM ESTABELECEER A FRONTEIRA EM RELAÇÃO À CULPA CONSCIENTE	100
3.2.2. DOLO EVENTUAL E LAVAGEM DE CAPITAIS: DISCUSSÃO SOBRE A COMPATIBILIDADE NO ORDENAMENTO BRASILEIRO	106
3.3. MODALIDADE CULPOSA NA LEGISLAÇÃO ESTRANGEIRA	111
4 A TEORIA DA CEGUEIRA DELIBERADA E SUA EQUIPARAÇÃO COM O DOLO EVENTUAL	117
4.1. ORIGEM HISTÓRICA E DESENVOLVIMENTO DA TEORIA NO DIREITO COMPARADO	121
4.1.1. <i>WILLFUL BLINDNESS</i> NO SISTEMA JURÍDICO-PENAL NORTE-AMERICANO	122
4.1.2. A <i>IGNORANCIA DELIBERADA</i> NA ESPANHA	126
4.1.3. TEORIA DA CEGUEIRA DELIBERADA NO BRASIL	128
4.2. CONCEITO E JUSTIFICATIVAS DOUTRINÁRIAS DO INSTITUTO: A DIFICULDADE DE DEFINIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA DA CEGUEIRA DELIBERADA	131
4.3. CRÍTICAS QUANTO À APLICAÇÃO DA TEORIA	141
4.4. A FRONTEIRA ENTRE O DOLO EVENTUAL E A CEGUEIRA DELIBERADA	147
5 A APLICAÇÃO DA TEORIA DA CEGUEIRA DELIBERADA AO CRIME DE LAVAGEM DE CAPITAIS NO DIREITO PENAL BRASILEIRO	155
5.1. A TEORIA DA CEGUEIRA DELIBERADA NO CRIME DE LAVAGEM DE CAPITAIS	157
5.2. ANÁLISE PRÁTICA: O PROTAGONISMO DA JURISPRUDÊNCIA NA APLICAÇÃO DA TEORIA DA CEGUEIRA DELIBERADA NO BRASIL	164
5.2.1. CASO DO BANCO CENTRALEM FORTALEZA	165
5.2.2. AÇÃO PENAL N. 470: CASO "MENSALÃO"	169
5.2.3. CASO "LAVA JATO" E AS CONDENAÇÕES BASEADAS NA TEORIA DA CEGUEIRA DELIBERADA	174
5.3. CEGUEIRA DELIBERADA E LAVAGEM DE DINHEIRO: OS OBJETIVOS NÃO DECLARADOS DA APLICAÇÃO DA TEORIA NO ORDENAMENTO PÁTRIO	183
CONSIDERAÇÕES FINAIS	195
REFERÊNCIAS	201